

ANEXO II - A1
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS 2020 a 2022
(Art. 4º, § 1º, da LC nº 101/00)

R\$1.000,00									
Especificação	2020			2021			2022		
	Valor Corrente (A)	Valor Constante (*)	% RCL (A/RCL) x 100	Valor Corrente (B)	Valor Constante (*)	% RCL (B/RCL) x 100	Valor Corrente (C)	Valor Constante (*)	% RCL (C/RCL) x 100
Receita Total	48.876.155	46.996.303	146,83	50.089.406	46.310.472	143,28	51.855.409	46.099.270	141,33
Receitas Primárias (I)	43.433.908	41.763.373	130,48	45.379.395	41.955.802	129,80	47.389.178	42.128.806	129,16
Despesa Total	48.876.155	46.996.303	146,83	50.089.406	46.310.472	143,28	51.855.409	46.099.270	141,33
Despesas Primárias (II)	43.944.756	42.254.573	132,01	45.118.002	41.714.129	129,05	46.806.114	41.610.465	127,57
Resultado Primário (III) = (I - II)	(510.848)	(491.200)	(1,53)	261.393	241.673	0,75	583.063	518.341	1,59
Resultado Nominal	(1.206.654)	(1.160.244)	(3,62)	(389.593)	(360.201)	(1,11)	(33.608)	(29.878)	(0,09)
Dívida Pública Consolidada	25.173.757	24.205.536	75,62	24.818.407	22.946.012	70,99	24.108.475	21.432.346	65,71
Dívida Consolidada Líquida	21.073.757	20.263.228	63,31	20.718.407	19.155.332	59,26	20.008.475	17.787.461	54,53
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00
Despesas Primárias advindas de PPP (V)	732.242	704.079	0,02	764.283	706.623	2,19	779.209	692.714	2,12
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV- V)	(732.242)	(704.079)	(0,02)	(764.283)	(706.623)	(2,19)	(779.209)	(692.714)	(2,12)

Fonte: Seplan/SPO e Sefaz

* Preços esperados em 2019 com base na projeção do IGP-DI

Nota: Para os anos de 2020 a 2022, o Resultado Nominal foi obtido conforme metodologia acima da linha (Manual de Demonstrativo Fiscais, 9º ed.)

As metas fiscais previstas para o período de 2020 a 2022 demonstradas no quadro acima tiveram seus cálculos desenvolvidos conforme a metodologia descrita a seguir.

Memória e Metodologia de Cálculo da Receita 2020-2022

As receitas cujos valores serviram de referência para o estabelecimento das metas fiscais para o Governo da Bahia, no período de 2020-2022, foram estimadas utilizando-se, em grande parte, a mesma metodologia adotada em anos anteriores.

Para subsidiar as estimativas das receitas do Tesouro Estadual para este triênio, em especial daquelas chamadas de suporte de receita (impostos do Estado, incluindo os transferidos pela União e os *Royalties*), adotou-se os procedimentos descritos detalhadamente a seguir:

I - Ajuste dos dados passados

A análise das receitas realizadas foi efetuada com base na série histórica do período de 2016 a 2018, bem como a inclusão dos dados de 2019, observados os seguintes procedimentos:

- a) retirada do efeito variação de preços agregados para todos os anos, levando os valores a preços constantes;
- b) exclusão, se considerado necessário, dos registros atípicos que evidenciavam “picos” ou “vales” nos seus valores, explicados por fenômenos do tipo efeitos cumulativos de um ano para outro, mudanças transitórias de legislação, efeitos cíclicos não repetitivos para o período projetado, entre outros;
- c) manutenção de variações permanentes que pareciam mudar a tendência para cima ou para baixo, com relação aos anos recentes e que permaneceriam no horizonte futuro projetado;
- d) realização do processo de “alisamento” da série, retirando os fenômenos atípicos temporais e incluindo as variações permanentes, buscando-se um ajustamento de tendência através de modelos funcionais distintos, tais como lineares, quadráticos, log-lineares e exponenciais, escolhendo aquele que resultasse na melhor aderência, ou seja, que apresentasse o maior coeficiente de determinação;
- e) inclusão de dados relativos ao Orçamento 2019, se verificado que os valores estavam dentro de um intervalo de confiança da tendência estimada para os anos anteriores. Caso extrapolasse o intervalo, explicado pelo erro estatístico, buscou-se examinar se os mesmos estariam relacionados a uma nova atipicidade ou a uma mudança de caráter permanente;
- f) verificação dos números realizados até o primeiro trimestre de 2019, integrando-os, ou não, através de processos de análise, na previsão para 2020-2022.

II - Inclusão de variáveis que afetam o comportamento futuro

a) Efeito PIB

Para as receitas que sofrem influência do PIB, admitiu-se uma elasticidade unitária, de forma que as mesmas capturaram toda variação do PIB. As estimativas do PIB estadual foram elaboradas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais - SEI, que levou em conta o cenário que a economia do Estado desenha nesse momento enquanto que, para o PIB Brasil, utilizou-se as estimativas contidas no Relatório de Mercado do Banco Central do Brasil - Focus/BACEN (18/04/19).

No caso do Estado da Bahia, considerou-se um crescimento real do PIB da ordem de 2,5% em 2020 e de 2,3% e 2,5% nos dois anos seguintes, respectivamente. Esta expectativa assenta-se na maturação dos investimentos estratégicos. Entretanto, levou-se em conta, também, os ajustes fiscais da União e os riscos advindos da volatilidade da conjuntura internacional. Deste modo, tendo em vista os princípios do equilíbrio fiscal e a gestão responsável das contas públicas, optou-se pelo cenário mais cauteloso.

b) Efeito Expectativa de Inflação

Como expectativa inflacionária para o período 2020-2022, adotou-se a variação esperada do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), extraída do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias da União - PLDO 2020

Além destas variáveis, outras também foram consideradas para o cálculo das metas fiscais, conforme estão apresentadas no quadro a seguir.

Parâmetros Macroeconômicos

Parâmetros	2020	2021	2022
IGP - DI (%)	4,00	4,00	4,00
IPCA (%)	4,00	3,75	3,75
INPC (%)	4,00	3,80	3,80
Selic (%)	7,50	8,00	8,00
PIB BR (%)	2,50	2,50	2,50
Câmbio (real/dólar em 31/12)	3,80	3,82	3,90
Salário Mínimo (R\$ 1,00)	1.040,00	1.082,00	1.123,00
PIB BA (crescimento % anual)	2,50	2,30	2,50
Agropecuária	3,7	4,3	4,2
Indústria	2,3	1,9	2,1
Serviços	2,5	2,1	2,4
Projeção do PIB BA (R\$ bilhões)	326,7	346,8	368,8

Fonte: Seplan/SEI, Seplan/SPO, BACEN e PLDO 2020 da União.

As receitas próprias das entidades da Administração Indireta foram informadas pelos respectivos órgãos e entidades públicas estaduais competentes para a arrecadação e gestão destes recursos. Após serem discutidos e avaliados pela Secretaria do Planejamento conjuntamente com as unidades arrecadadoras, foram acatados ou revisados, garantindo assim a compatibilidade com à respectiva série histórica.

As receitas provenientes de transferências voluntárias da União foram lançadas no Módulo de Gestão de Recursos Captados - MGRC diretamente pelos órgãos e entidades públicas estaduais competentes para a negociação e gestão dos recursos correspondentes. Ressalte-se que este módulo é gerenciado pela Superintendência de Cooperação Técnica e Financeira para o Desenvolvimento - SPF, da Secretaria da Fazenda.

Estes valores informados foram posteriormente incluídos no Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças - FIPLAN no Módulo da Receita e, após serem discutidos e avaliados pelas Secretarias do Planejamento e da Fazenda, foram acatados ou revisados, de forma a garantir a adequação à respectiva série histórica.

Com relação às receitas de operações de crédito, para o período 2020-2022, incluíram-se as já negociadas e autorizadas pelo Poder Legislativo, bem como aquelas em estudo ou em tramitação na esfera federal, levando-se em conta, em ambos os casos, o grau de endividamento do Estado, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101/00, das Resoluções pertinentes do Senado Federal e do Programa de Ajuste Fiscal firmado com o Governo Federal.

Para as demais receitas, observando-se as especificidades de cada item, aplicou-se um dos seguintes modelos de projeção: variação de preços, crescimento vegetativo, orçado do ano em execução corrigido, realizado do ano anterior corrigido, média de execução dos três últimos anos, dentre outros.

ANEXO II - A2
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS - DÍVIDA PÚBLICA
(Art. 4º, § 1º da LC nº 101/00)

Evolução Projetada do Estoque da Dívida - 2019 a 2022
(a preços correntes)

R\$ 1.000,00

Ano	Saldo Projetado			Ativo Financeiro Líquido	Dívida Consolidada Líquida
	Dívida Interna	Dívida Externa	Total		
2019**	14.886.584	9.818.952	24.705.535	4.500.000	20.205.535
2020	14.675.956	10.497.801	25.173.757	4.100.000	21.073.757
2021	13.979.533	10.838.874	24.818.407	4.100.000	20.718.407
2022	13.226.864	10.881.611	24.108.475	4.100.000	20.008.475

Fonte: Sefaz / SAF / Depat / Gepub

Evolução Projetada do Estoque da Dívida - 2019 a 2022
(a preços esperados 2019) *

R\$ 1.000,00

Ano	Saldo Projetado			Ativo Financeiro Líquido	Dívida Consolidada Líquida
	Dívida Interna	Dívida Externa	Total		
2019**	14.886.584	9.818.952	24.705.535	4.500.000	20.205.535
2020	14.111.496	10.094.039	24.205.536	3.942.308	20.263.228
2021	12.924.864	10.021.148	22.946.012	3.790.680	19.155.332
2022	11.758.634	9.673.712	21.432.346	3.644.885	17.787.461

Fonte: Sefaz / SAF / Depat / Gepub

* Corrigida pelo IGP-DI

** Atualizados pela Sefaz /SAF/Depat/Gepub.

ANEXO II - B
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020
ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
(Art. 4º, § 2º, inciso I da LC nº 101/00)

A Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF estabeleceu, em seu art. 4º, § 2º, inciso I, que o Anexo de Metas Fiscais conterá, além do demonstrativo de metas anuais, a avaliação do cumprimento das metas relativas ao segundo ano anterior (2018) ao ano de referência da LDO (2020), objetivando estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício financeiro de 2018.

As metas fiscais do Estado da Bahia para o exercício de 2018 foram originalmente estabelecidas através da Lei nº 13.727, de 05 de julho de 2017 (LDO), que dispôs sobre as diretrizes orçamentárias para aquele exercício. Entretanto, mudanças no cenário macroeconômico conduziram a uma revisão destas metas, o que foi feito através da Lei nº 14.035, de 20 de dezembro de 2018. Os parâmetros fixados na referida LDO são objeto dos comentários a seguir.

Resultado Fiscal

R\$1.000,00								
Especificação	Metas Previstas*			Metas Realizadas			Variação	
	Valor Absoluto (a)	% PIB (a/PIB) x 100	% RCL (a/RCL) x 100	Valor Absoluto (b)	% PIB (b/PIB) x 100	% RCL (b/RCL) x 100	Valor Absoluto c = (b - a)	% (c/a) x 100
Receita Total	44.502.019	15,50	139,16	45.877.355	15,98	143,46	1.375.336	3,09
Receitas Primárias (I)	41.599.407	14,49	130,08	41.650.689	14,51	130,24	51.282	0,12
Despesa Total	44.502.019	15,50	139,16	46.797.950	16,30	146,33	2.295.931	5,16
Despesas Primárias (II)	42.891.830	14,94	134,12	41.727.135	14,54	130,48	(1.164.695)	(2,72)
Resultado Primário (III) = (I - II)	(1.292.423)	(0,45)	(4,04)	(76.446)	(0,03)	(0,24)	1.215.977	(94,09)
Resultado Nominal	3.153.697	1,10	9,86	3.287.736	1,15	10,28	134.039	4,25
Dívida Pública Consolidada	25.048.841	8,73	78,33	24.957.361	8,69	78,04	(91,480)	(0,37)
Dívida Consolidada Líquida	20.383.001	7,10	63,74	20.493.582	7,14	64,08	110.581	0,54

Fonte: Fiplan; Sefaz / SAF; 18/04/2019 às 10:52
* metas fiscais previstas alteradas pela Lei nº 14.035, de 20 de dezembro de 2018.
PIB/BA (dados preliminares sujeitos a alterações): R\$287.073.000,00 mil
Receita Corrente Líquida - RCL: R\$31.980.174 mil

O Resultado Primário, no exercício de 2018, foi de R\$ 76,45 milhões (negativo), evidenciando que o desempenho das receitas fiscais cobriu parcialmente as despesas fiscais, tendo sido superior, no entanto, à meta anual estabelecida na LDO, no valor de R\$ 1,29 bilhão (negativo).

O Resultado Nominal mostra a diferença entre os saldos da Dívida Fiscal Líquida, relativa a dois períodos. Para o exercício de 2018, a meta para o Resultado Nominal fixada pela LDO indica um aumento da Dívida Consolidada Líquida em R\$3,15 bilhões. No período, verificou-se um aumento no estoque da dívida de R\$3,29 bilhões.

Receita Total

Execução Orçamentária da Receita no Exercício de 2018

R\$ 1.000,00			
Receitas	Previsão Atualizada (a)	Realizado (b)	Taxa de Realização % (b/a)
Receitas Correntes (I)	41.404.569	41.419.981	100,04
Receita Tributária	24.268.960	24.830.111	102,31
<i>ICMS</i>	<i>19.703.941</i>	<i>20.104.192</i>	<i>102,03</i>
<i>Outras Tributárias</i>	<i>4.565.019</i>	<i>4.725.919</i>	<i>103,52</i>
Receita de Contribuições	2.570.785	2.719.614	105,79
Receita Patrimonial	552.483	417.828	75,63
Receita Agropecuária	686	336	49,03
Receita Industrial	352	496	140,96
Receita de Serviços	221.048	197.900	89,53
Transferências Correntes	12.334.136	12.249.285	99,31
<i>FPE</i>	<i>6.706.400</i>	<i>6.663.479</i>	<i>99,36</i>
<i>Transferências Multigovernamentais - Fundeb</i>	<i>3.040.852</i>	<i>3.137.971</i>	<i>103,19</i>
<i>Outras Transferências</i>	<i>2.586.884</i>	<i>2.447.835</i>	<i>94,62</i>
Outras Receitas Correntes	1.456.120	1.004.409	68,98
Receitas Intraorçamentárias Correntes (II)	2.945.136.	3.074.845	104,40
Receitas de Capital (III)	3.106.867	1.382.529	44,50
Operações de Crédito	1.449.610	646.128	44,57
Alienação de Bens	34.617	33.620	97,12
Amortização de Empréstimos	117.581	156.551	133,14
Transferências de Capital	1.505.059	546.230	36,29
Outras Receitas de Capital	0	0	0
Total (I+II+III)	47.456.572	45.877.355	96,67

Fonte: Fiplan; Sefaz / SAF / Copaf

As Receitas estaduais realizadas no exercício 2018 pelo Estado, suas autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes, nelas compreendidas as receitas correntes, intraorçamentárias correntes e de capital, totalizaram R\$ 45,88 bilhões. Comparativamente à previsão anual atualizada destas receitas do Estado, verificou-se uma realização de 96,67%.

As Receitas Correntes somaram R\$41,42 bilhões, respondendo por 90,28% das receitas totais realizadas, cuja realização foi de 100,04% da previsão atualizada. Nesta categoria encontram-se as receitas mais expressivas no âmbito estadual, tais como as oriundas dos tributos de competência do Estado e também as transferências da União (constitucionais, legais e outras).

Contribuindo com a parcela mais significativa das receitas realizadas (54,12%), as receitas tributárias em 2018 atingiram o montante de R\$24,83 bilhões, com uma realização de 102,31% em relação ao valor previsto de R\$24,27 bilhões. O ICMS, principal componente da receita estadual, apresentou uma arrecadação de R\$20,10 bilhões, equivalente a 102,03% do valor previsto para o exercício.

As Transferências Correntes, segunda maior fonte de receita do Estado, representadas principalmente pelas transferências constitucionais da União, figuraram, em seu conjunto, com um total realizado R\$12,25 bilhões, correspondendo a 99,31% do previsto atualizado. Pode-se destacar, dentre as transferências correntes, o Fundo de Participação dos Estados - FPE, com uma realização total de R\$6,66 bilhões, correspondendo a 99,36% do previsto.

As Receitas Intraorçamentárias Correntes, que correspondem às operações realizadas entre órgãos e demais entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta integrantes do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social, totalizaram R\$3,07 bilhões e sua realização, comparado ao previsto, correspondeu a 104,40%.

Nas Receitas de Capital, cuja realização total foi de R\$1,38 bilhões, equivalentes a 44,50% do previsto, destacam-se as Operações de Crédito, que totalizaram R\$646,13 milhões, com realização de 44,57% do esperado e as Transferências de Capital, que atingiram o montante de R\$546,23 milhões, equivalente a 36,29% do previsto.

Despesa Total

Execução Orçamentária da Despesa no Exercício de 2018

R\$ 1.000,00			
Despesas	Dotação Atualizada (a)	Valor Realizado (b)	Taxa de Realização % (b/a)
Despesas Correntes (I)	40.755.545	39.704.789	97,42
Pessoal e Encargos	21.321.904	21.189.194	99,38
Juros e Encargos da Dívida	883.516	879.050	99,49
Outras Despesas Correntes	18.550.125	17.636.546	95,08
<i>Transferências Constitucionais aos Municípios</i>	<i>6.527.241</i>	<i>6.399.480</i>	<i>98,04</i>
<i>Outras Despesas Correntes</i>	<i>12.022.884</i>	<i>11.237.066</i>	<i>93,46</i>
Despesas Intraorçamentárias Correntes (II)	3.115.900	3.081.201	98,89
Despesas de Capital (III)	6.566.771	4.011.959	61,09
Investimentos	5.085.327	2.611.031	51,34
Inversões Financeiras	704.114	623.953	88,62
Amortização da Dívida	777.329	776.976	99,95
Reserva de Contingência (IV)	350	0	0,00
Total (I+II+III+IV)	50.438.216	46.797.950	92,78

Fonte: Fiplan; Sefaz / SAF / Copaf

A Despesa realizada em 2018 totalizou R\$46,80 bilhões, correspondendo a 92,78% da dotação orçamentária atualizada. Deste total, as Despesas Correntes representaram 84,84% e as Despesas

de Capital 8,57%, sendo que as primeiras obtiveram uma realização mais destacada, alcançando 97,42% do previsto, ante a realização de 61,09% das despesas de capital.

As Despesas Intraorçamentárias Correntes, as quais correspondem à aquisição de materiais, bens e serviços, pagamento de impostos, taxas e contribuições, quando o recebedor dos recursos também for órgãos e demais entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta integrantes do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social, totalizaram R\$3,08 bilhões e sua realização correspondeu a 98,89% do previsto.

Despesa de Pessoal e Encargos Sociais

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece limites para os gastos com pessoal e para o grau de endividamento dos entes, comparativamente à Receita Corrente Líquida. A seguir são apresentados dados que evidenciam a situação do Estado da Bahia.

As despesas com pessoal e encargos sociais atingiram, no ano de 2018, o montante de R\$21,19 bilhões, correspondendo a 99,38% do valor orçado para o mesmo período.

O quadro a seguir demonstra a relação do gasto de pessoal por Poder relativamente à Receita Corrente Líquida (RCL) Ajustada, com base na metodologia e limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, evidenciando que o Estado da Bahia atingiu o limite consolidado de pessoal de 56,08% da RCL nos 12 meses de 2018 e que todos os Poderes ficaram abaixo do limite máximo permitido.

Despesa de Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida no Exercício de 2018

Poder	% Realizado	Limite Prudencial	Limite Legal
Executivo ⁽¹⁾	46,13	46,17	48,60
Legislativo	2,86	3,23	3,40
Judiciário	5,69	5,70	6,00
Ministério Público	1,4	1,90	2,00
Total	56,08	57,00	60,00

Fonte: Fiplan; Sefaz / SAF / Copaf

(1) Inclui o Poder Executivo e a Defensoria Pública. Considerando apenas o Poder Executivo, o percentual realizado foi de 45,64% da RCL. Ajustada

Dívida Pública

A dívida consolidada do Estado da Bahia em 31.12.2018 registrou um montante de R\$24,96 bilhões, constituída por R\$15,37 bilhões referentes à dívida interna (61,59%) e R\$9,59 bilhões correspondentes à dívida externa (38,41%).

Dívida Consolidada do Exercício de 2018

R\$ 1.000,00

Tipo	Valor	%
Interna ⁽¹⁾	15.370.685	61,59
Externa	9.586.676	38,41
Total	24.957.361	100,00

Fonte: Fiplan

(1) Incluído o valor de precatórios vencidos a partir de 04/05/2000 em conformidade com a LC nº 101/2000.

A relação entre a Dívida Consolidada Líquida - DCL e a Receita Corrente Líquida - RCL correspondeu a 0,64 em 2018, bem abaixo do limite máximo fixado pelo Senado Federal de 2,00 vezes o valor da RCL.

Posição da Dívida Pública no Exercício de 2018

Item	Limite fixado	Situação atual
Relação Dívida Consolidada Líquida / RCL	2,0 vezes	0,64 vez
Operações de crédito realizadas no exercício / RCL	16,0%	1,87%
Garantias concedidas / RCL	22,0%	0,29%

Fonte: Sefaz / Copaf / Relatórios de Gestão Fiscal

ANEXO II - C

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS

NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

(Art. 4º, § 2º, inciso II da LC nº 101/00)

R\$ 1.000,00

ESPECIFICAÇÃO	Valores a Preços Correntes										
	2017	2018	%	2019*	%	2020	%	2021	%	2022	%
Receita Total	45.225.611	45.877.356	1,44	46.484.893	1,32	48.876.155	5,14	50.089.406	2,48	51.855.409	3,53
Receitas Primárias (I)	43.269.044	41.650.691	(3,74)	41.775.884	0,30	43.433.908	3,97	45.379.395	4,48	47.389.178	4,43
Despesa Total	45.570.160	46.797.950	2,69	46.484.893	(0,67)	48.876.155	5,14	50.089.406	2,48	51.855.409	3,53
Despesas Primárias (II)	44.112.103	41.727.135	(5,41)	41.831.098	0,25	43.944.756	5,05	45.118.002	2,67	46.806.114	3,74
Resultado Primário (III) = (I - II)	(843.059)	(76.444)	(90,93)	(55.213)	(27,77)	(510.848)	825,22	261.393	(151,17)	583.063	123,06
Resultado Nominal	1.190.205	(3.287.736)	(376,23)	288.047	(108,76)	(1.206.654)	(518,91)	(389.593)	(67,71)	(33.608)	(91,37)
Dívida Pública Consolidada **	22.677.718	24.957.361	10,05	24.705.535	(1,01)	25.173.757	1,90	24.818.407	(1,41)	24.108.475	(2,86)
Dívida Consolidada Líquida **	17.205.846	20.493.582	19,11	20.205.535	(1,41)	21.073.757	4,30	20.718.407	(1,69)	20.008.475	(3,43)
ESPECIFICAÇÃO	Valores a Preços Constantes***										
	2017	2018	%	2019*	%	2020	%	2021	%	2022	%
Receita Total	50.519.404	47.850.082	(5,28)	46.484.893	(2,85)	46.996.303	1,10	46.310.472	(1,46)	46.099.270	(0,46)
Receitas Primárias (I)	48.333.815	43.441.671	(10,12)	41.775.884	(3,83)	41.763.373	(0,03)	41.955.802	0,46	42.128.806	0,41
Despesa Total	50.904.284	48.810.262	(4,11)	46.484.893	(4,76)	46.996.303	1,10	46.310.472	(1,46)	46.099.270	(0,46)
Despesas Primárias (II)	49.275.557	43.521.402	(11,68)	41.831.098	(3,88)	42.254.573	1,01	41.714.129	(1,28)	41.610.465	(0,25)
Resultado Primário (III) = (I - II)	(941.742)	(79.731)	(91,53)	(55.213)	(30,75)	(491.200)	789,64	241.673	(149,20)	518.341	114,48
Resultado Nominal	1.329.522	(3.429.109)	(357,92)	288.047	(108,40)	(1.160.244)	(502,80)	(360.201)	(68,95)	(29.878)	(91,71)
Dívida Pública Consolidada**	25.332.213	26.030.528	2,76	24.705.535	(5,09)	24.205.536	(2,02)	22.946.012	(5,20)	21.432.346	(6,60)
Dívida Consolidada Líquida **	19.219.842	21.374.806	11,21	20.205.535	(5,47)	20.263.228	0,29	19.155.332	(5,47)	17.787.461	(7,14)

Fonte: Seplan / Sefaz

* Lei Orçamentária Anual de 2019.

** Os dados correspondentes a 2019, atualizados pela Sefaz /SAF/Depat/Gepub.

***Preços esperados em 2019 com base na projeção do IGP-DI.

Nota 1) Resultado Nominal de 2017 corresponde aos valores apresentados no Balanço Geral do Estado 2018.

Nota 2) A partir de 2018 foram excluídas as receitas e despesas intraorçamentárias.

Nota 3) Para os anos de 2020 a 2022, o Resultado Nominal foi obtido conforme metodologia acima da linha (Manual de Demonstrativo Fiscais, 9º ed.).

A metodologia de cálculo das metas fiscais previstas para o período 2020-2022 encontra-se descrita no Anexo II-A1

ANEXO II - D1
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Art. 4º, § 2º, inciso III da LC nº 101/00)

						R\$ 1,00
Patrimônio Líquido	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio/Capital	(178.699.363.629,00)	100	(178.573.531.176,62)	100	(176.107.041.622,70)	100
Reservas	0	0	0	0	0	0
Resultado Acumulado	0	0	0	0	0	0
Total	(178.699.363.629,00)	100	(178.573.531.176,62)	100	(176.107.041.622,70)	100

Regime Previdenciário						
Patrimônio Líquido	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio	86.539.415.210,56	100	(1.050.613.147,41)	100	(180.722.052.886,09)	100
Reservas	0	0	0	0	0	0
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0	0	0	0	0	0
Total	86.539.415.210,56	100	(1.050.613.147,41)	100	(180.722.052.886,09)	100

Fonte: Fiplan; Sefaz / SAF / Copaf

ANEXO II - D2
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020
ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
(Art. 4º, § 2º, inciso III da LC nº 101/00)

R\$ 1,00			
Receitas Realizadas	2018 (a)	2017 (b)	2016 (c)
Receitas de Capital - Alienação de Ativos (I)	33.620.366,40	22.868.870,66	10.864.899,58
Alienação de Bens Móveis	23.676.055,50	6.114.521,00	6.228.002,40
Alienação de Bens Imóveis	9.944.310,90	16.754.349,66	4.636.897,18
Alienação de Bens Intangíveis	0	0	0
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0	0	0
Despesa Executada	2018 (d)	2017 (e)	2016 (f)
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos (II)	31.374.960,86	14.722.075,56	21.577.674,54
Despesa de Capital	31.374.960,86	14.722.075,56	21.577.674,54
Investimentos	6.677.332,28	12.454.797,95	12.866.121,18
Inversões Financeiras	9.697.628,58	2.267.277,61	8.711.553,36
Amortização da Dívida	15.000.000,00	0	0
Despesa Corrente dos Regimes de Previdência	0	0	0
Regime Geral de Previdência Social	0	0	0
Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos	0	0	0
Saldo Financeiro	2018 (g) = (Ia - IIId) + IIIh	2017 (h) = (Ib - IIe) + IIIi	2016 (i) = (Ic - IIIf)
Valor (III)	(320.574,32)	(2.565.979,86)	(10.712.774,96)

Fonte: Fiplan; Sefaz / SAF / Copaf

ANEXO II – E
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL
DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA
(Art. 4º, § 2º, inciso IV da LC nº 101/00)

A Lei nº 10.955, de 21 de dezembro de 2007, que entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2008, criou, na estrutura da Secretaria da Administração do Estado da Bahia - SAEB, a Superintendência de Previdência - SUPREV, com a finalidade de gerir, administrar e operacionalizar o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia, incluindo a arrecadação e gestão dos recursos e a concessão, pagamento e manutenção dos benefícios previdenciários.

Com a citada Lei, o Fundo de Custeio da Previdência Social dos Servidores Públicos Estaduais deixou de integrar a estrutura da Secretaria da Fazenda e passou para a Secretaria da Administração - SAEB, sendo alterada a sua denominação para Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia, porém manteve a sigla FUNPREV. Também com o advento desta Lei foi criado o Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos do Estado da Bahia - BAPREV, sendo ambos administrados pela SUPREV.

Os fundos têm por finalidade reunir, arrecadar e capitalizar os recursos econômicos de qualquer natureza a serem utilizados no pagamento dos benefícios previdenciários dos servidores públicos estatutários, civis e militares, de quaisquer dos Poderes, com participação contributiva do Estado como patrocinador e dos funcionários ativos, inativos e pensionistas como participantes.

De acordo com o art. 5º combinado com os arts. 4º e 17º da reportada Lei, as receitas previstas para o BAPREV serão capitalizadas em uma conta exclusiva, a fim de que os seus recursos sejam destinados ao pagamento dos benefícios previdenciários dos servidores públicos estatutários, civis e militares¹, de quaisquer dos Poderes, que ingressaram no serviço público a partir de 1º de janeiro de 2008.

Ressalte-se que, em decorrência da Lei nº 13.552, de 23 de março de 2016, foi autorizada, excepcionalmente para o exercício de 2016, a transferência do superávit financeiro do BAPREV para o FUNPREV, respeitando a margem de segurança de 25%, no valor de R\$401,5 milhões, visando o pagamento exclusivo de benefícios previdenciários.

Esta transferência originou a notificação MF nº 19425/2016 e as consequentes, MF nº 21.430/2017 e MF nº 48.031/2017. Essa Notificação tornou irregular o critério “*Equilíbrio Financeiro e Atuarial – Encaminhamento NTA, DRAA e resultados das análises*”, um dos 35 (trinta e cinco) que devem estar regulares no Extrato Previdenciário do Regime Próprio junto ao Ministério da Economia, para que o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP seja renovado. Este evento levou a Representação Junto aos Órgãos e Tribunais Federais da

¹ Em razão da liminar concedida na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0006978-95.2011.8.05.0000, todos os policiais militares ingressos no setor público estadual a partir de 01.08.2008 e seus dependentes, antes vinculados ao BAPREV, foram transferidos para o FUNPREV. Essa determinação acarretou também a transferência dos recursos acumulados e futuros recolhimentos previdenciários relativos aos militares do BAPREV, para o FUNPREV.

Procuradoria Geral do Estado da Bahia – RJOTF/PGE-BA a impetrar Ação Civil Ordinária (com pedido de tutela de urgência) junto ao Supremo Tribunal Federal - STF, tombada sob o número “3.023 Bahia”, tendo o Ministro Relator acatado o pedido.

Sendo assim, o CRP do Estado da Bahia passou a ser renovado, desde 2018, com o critério do equilíbrio financeiro e atuarial respaldado pela decisão favorável do STF, sendo que atualmente tem validade até 12/08/2019. Este documento está disponível no Portal do Servidor no *link* <http://www.portaldoservidor.ba.gov.br/comite-de-investimentos>.

Além da transferência por conta da Lei Estadual Nº 13.552/2016, em dezembro de 2016 foi recepcionada uma decisão judicial monocrática oriunda do Agravo de Instrumento nº 0024397-55.2016.8.05.0000, com a finalidade de “DETERMINAR/AUTORIZAR que o Estado da Bahia utilize os recursos de qualquer dos fundos criados pelo regime próprio de previdência dos servidores públicos do mencionado ente político (FUNPREV e BAPREV) para o cumprimento da sua obrigação de pagar os benefícios a quem tem direito, sob pena de multa diária de R\$5.000,00 (cinco mil reais)”, que foi devidamente cumprida após orientação do Procurador Geral do Estado e determinação de cumprimento pelas Secretarias da Fazenda e da Administração.

Com o cumprimento desta decisão judicial, de dezembro de 2016 até dezembro de 2018 foram transferidos aproximadamente R\$2,27 bilhões do BAPREV para o FUNPREV, conforme detalhamento abaixo:

Em milhões de reais			
2016	2017	2018	TOTAL
89,00	1.808,80	370,37	2.268,17

Fonte: FIPLAN Gerencial

As transferências de recursos do BAPREV para o FUNPREV continuarão ocorrendo enquanto a decisão judicial permanecer válida, sendo utilizados os recursos das contribuições previdenciárias mensais (servidor e patronal), atualmente em torno de R\$36 milhões por mês.

O FUNPREV é constituído de duas contas, segundo o disposto no art. 7º combinado com os arts. 6º e 17º da citada Lei nº 10.955, de 21 de dezembro de 2007:

- 1) uma conta para o pagamento dos benefícios previdenciários dos servidores públicos estatutários, civis e militares, de quaisquer dos Poderes, ingressos no serviço público até 31 de dezembro de 2007, incluindo seus dependentes, ficando o Governo do Estado encarregado de repassar os recursos para a cobertura do *deficit* previdenciário;
- 2) uma conta capitalizada, que receberá 2% da contribuição patronal e a receita decorrente da compensação financeira entre regimes de previdência, notadamente os valores repassados mensalmente pelo INSS. Esta conta deveria se capitalizar por pelo menos 10 anos, considerando a data inicial de 1º de janeiro de 2008, com o objetivo de gerar recursos que venham no futuro reduzir o impacto do *deficit* previdenciário sobre as contas do Tesouro Estadual, buscando o atingimento do equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS. Os recursos creditados e acumulados nesta conta, desde a sua abertura, foram utilizados para a finalidade exclusiva

de pagamentos de benefícios previdenciários a cargo do FUNPREV, consoante autorização disposta no art. 1º da Lei nº 11.474, de 14 de maio de 2009, no art. 20 da Lei nº 12.204, de 18 de março de 2011 e, por fim, no art. 7º da Lei nº 13.346, de 12 de maio de 2015, que prorrogou a utilização dos recursos do FUNPREV até 2018. No período compreendido entre 2009 e 2018 foi utilizado o valor de R\$2,4 bilhões. A partir de janeiro 2019, com o fim da autorização legal para utilização imediata desses recursos, estes passaram a ser acumulados na conta capitalizada para utilização futura.

Objetivando promover a sustentabilidade do sistema previdenciário do Estado da Bahia, foi instituído o Regime de Previdência Complementar, através da Lei Estadual Nº 13.222, de 12 de janeiro de 2015, a ser gerido pela Fundação de Previdência Complementar dos Servidores Públicos do Estado da Bahia - PREVBAHIA, tendo sido aprovado o plano de previdência PREVBAHIA PB CIVIL pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Os novos servidores titulares de cargos efetivos que entraram em exercício no serviço público a partir de 29 de julho de 2016 terão suas contribuições e aposentadorias limitadas ao teto do INSS. Com a implantação da previdência complementar haverá no decorrer do tempo uma diminuição gradual no crescimento das despesas previdenciárias do RPPS e da contribuição patronal.

Receitas e Despesas dos Fundos Previdenciários

Nos quadros a seguir estão demonstradas as receitas arrecadadas e as despesas executadas do FUNPREV e do BAPREV durante os exercícios de 2017 e 2018, bem como os valores orçados para 2019.

|

FUNPREV - RECEITAS E DESPESAS

PLANO PREVIDENCIÁRIO

R\$ 1.000,00

Receitas Previdenciárias RPPS	2017	2018	2019
Receita Corrente (I)	5.535.342	4.211.564	4.525.902
Receita de Contribuições dos Segurados	1.256.631	1.301.535	1.408.199
Pessoal Civil	937.662	948.920	1.070.835
Ativo	789.733	785.796	914.375
Inativo	125.187	140.010	132.407
Pensionista	22.741	23.114	24.053
Pessoal Militar	318.969	352.615	337.364
Ativo	277.814	295.165	293.835
Inativo	39.505	54.720	41.784
Pensionista	1.650	2.730	1.745
Receita de Contribuições Patronais	2.140.146	2.150.063	2.183.147
Pessoal Civil	1.578.859	1.559.204	1.589.492
Ativo	1.578.859	1.559.204	1.589.492
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Pessoal Militar	561.287	590.859	593.655
Ativo	561.287	590.859	593.655
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Receita Patrimonial	3.731	3.102	31.460
Receitas Imobiliárias	0	3.102	0
Receitas de Valores Mobiliários	3.731	0	5.010
Contrato nº 001/2016 (Cessão de folha ao Banco do Brasil)	0	0	26.450
Outras Receitas Patrimoniais	0	0	0
Receita de Serviços	0	0	0
Outras Receitas Correntes	474.379	538.899	450.359
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	268.390	320.871	273.630
Contrato nº 001/2016 (Cessão de folha ao Banco do Brasil)	26.113	24.407	0
Transferência Baprev (Decisão Judicial)	29.500	0	0
Aportes Periódicos para Amortização de <i>Deficit</i> Atuarial (II)	0	0	0
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0	0	0
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0	0	0
Outros Aportes para o RPPS	0	0	0
Transferências Correntes (Royalties)	147.729	191.608	176.720
Demais Receitas Correntes	2.647	2.013	9
Outras Receitas Correntes Patronal	1.779.256	371.017	452.737
Transferência Baprev (Decisão Judicial)	1.779.256	370.890	452.737
Demais Receitas Correntes	0	126	0
(-) Deduções da Receita Corrente	(118.801)	(153.052)	0
Receita de Capital (III)	275	3.539	3.202
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	275	3.539	3.202
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
Total das Receitas Previdenciárias (IV) = (I + III) - II	5.535.617	4.215.103	4.529.104

continuação

R\$ 1.000,00

Despesas Previdenciárias RPPS)	2017	2018	2019
Administração (V)	0	0	0
Despesa Corrente	0	0	0
Despesa de Capital	0	0	0
Previdência (VI)	6.732.072	7.470.431	7.460.705
Benefícios - Civil	5.303.371	5.669.376	5.662.382
Aposentadorias	4.563.302	4.907.588	4.901.533
Pensões	739.662	761.241	760.302
Outros Benefícios Previdenciários	408	547	546
Benefícios - Militar	1.427.578	1.800.545	1.798.323
Reformas	1.259.753	1.582.286	1.580.334
Pensões	167.811	218.250	217.981
Outros Benefícios Previdenciários	13	9	9
Outras Despesas Previdenciárias	1.123	510	0
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0	0	0
Demais Despesas Previdenciárias	1.123	510	0
Total das Despesas Previdenciárias (VII) = (V + VI)	6.732.072	7.470.431	7.460.705
Resultado Previdenciário VIII = (IV- VII)	(1.196.456)	(3.255.329)	(2.931.601)
Recursos RPPS Arrecadados em exercícios Anteriores			
Reserva Orçamentária do RPPS			
Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	2017	2018	2019
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS	1.932	147.710	5.947
Recursos para Cobertura de <i>Deficit</i> Financeiro	1.296.125	3.113.400	2.925.655
Total de Aportes para o RPPS	1.298.057	3.261.110	2.931.602
Bens e Direitos do RPPS	2017	2018	2019
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Investimentos e Aplicações			
Outros Bens e Direitos			
Total de Bens e Direitos do RPPS			

Fontes: FIPLAN (Relatório Plan60 - Demonstrativo de Execução da Despesa – DED, Relatório Plan 44 - Quadro de Detalhamento da Receita), FGWEB (Relatório Execução da Receita Orçamentária - Anual, 2018, Relatório Execução da Despesa Orçamentária - Anual 2018) e Lei Orçamentária Anual 2019.

As contribuições previdenciárias, patronal e segurado, são as principais fontes de arrecadação do FUNPREV e representaram 61,4% e 81,9% das receitas arrecadadas em 2017 e 2018, respectivamente, seguidas pela receita de compensação previdenciária com o INSS que representaram no mesmo período, respectivamente, 4,8% e 7,6%. Também foram arrecadadas outras receitas representativas, como as decorrentes da arrecadação com *royalties*, que participou com 0,6% e 0,9% em 2017 e 2018, respectivamente.

As transferências do Baprev decorrente do cumprimento da decisão judicial representaram 32,7% em 2017 e 8,8% em 2018.

Para 2019, a Lei Orçamentária Anual prevê que as contribuições previdenciárias, patronal e segurado, representem 79,3% da arrecadação total. Convém destacar que o FUNPREV é um fundo em extinção, sendo que desde 1º de janeiro de 2008, os novos servidores que ingressam no Estado são vinculados ao Baprev, à exceção dos militares por força da citada decisão liminar concedida na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0006978-95.2011.8.05.0000. Em 2018 a despesa cresceu 11,0% em relação à 2017, enquanto a receita de contribuições (servidores e patronal) aumentou 1,6%.

Em relação ao financiamento da despesa total, somando-se a contribuição patronal mais os aportes para cobertura do déficit, os recursos repassados pelo Tesouro Estadual representaram 51,0% em 2017 e 71,0% em 2018, com previsão de 68,5% para o exercício de 2019.

BAPREV - RECEITAS E DESPESAS

PLANO PREVIDENCIÁRIO

	R\$ 1.000,00		
Receitas Previdenciárias RPPS	2017	2018	2019
Receita Corrente (I)	413.929	378.814	461.837
Receita de Contribuições dos Segurados	153.417	168.384	206.847
Pessoal Civil	153.417	168.384	206.847
Ativo	153.317	168.236	206.713
Inativo	49	91	66
Pensionista	51	57	68
Pessoal Militar	0	0	0
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Receita de Contribuições Patronais	191.551	210.296	254.885
Pessoal Civil	191.551	210.296	254.885
Ativo	191.551	210.296	254.885
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Pessoal Militar	0	0	0
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Receita Patrimonial	68.928	131	105
Receitas Imobiliárias	0	0	0
Receitas de Valores Mobiliários	0	0	0
Outras Receitas Patrimoniais	68.928	131	105
Receita de Serviços	0	0	0
Outras Receitas Correntes	34	4	0
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0	0	0
Aportes Periódicos para Amortização de <i>Deficit</i> Atuarial (II)	0	0	0
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0	0	0
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0	0	0
Outros Aportes para o RPPS	0	0	0
Transferências Correntes (Royalties)	0	0	0
Demais Receitas Correntes	34	4	0

continuação

R\$ 1.000,00

Receitas Previdenciárias RPPS	2017	2018	2019
Outras Receitas Correntes Patronal	0	0	0
(-) Deduções da Receita Corrente	0	0	0
Receita de Capital (III)	0	0	0
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0	0	0
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
Total das Receitas Previdenciárias (IV) = (I + III) - II	413.929	378.814	461.837

Despesas Previdenciárias RPPS)	2017	2018	2019
Administração (V)	0	0	0
Despesa Corrente	0	0	0
Despesa de Capital	0	0	0
Previdência (VI)	1.813.928	377.893	461.837
Benefícios - Civil	5.172	7.523	9.100
Aposentadorias	2.761	4.340	4.641
Pensões	2.407	3.176	4.300
Outros Benefícios Previdenciários	5	7	159
Benefícios - Militar	0	0	0
Reformas	0	0	0
Pensões	0	0	0
Outros Benefícios Previdenciários	0	0	0
Outras Despesas Previdenciárias	1.808.756	370.370	452.737
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias	1.808.756	370.370	452.737
Total das Despesas Previdenciárias (VII) = (V + VI)	1.813.929	377.893	461.837

Resultado Previdenciário VIII = (IV- VII)	(1.400.000)	921	0
Recursos RPPS Arrecadados em exercícios Anteriores			
Reserva Orçamentária do RPPS			

Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	2017	2018	2019
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de <i>Deficit</i> Financeiro			
Total de Aportes para o RPPS			

Bens e Direitos do RPPS	2017	2018	2019
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Investimentos e Aplicações			
Outros Bens e Direitos			
Total de Bens e Direitos do RPPS			

Fontes: FIPLAN (Relatório Plan60 - Demonstrativo de Execução da Despesa – DED, Relatório Plan 44 - Quadro de Detalhamento da Receita), FGWEB (Relatório Execução da Receita Orçamentária - Anual, 2018, Relatório Execução da Despesa Orçamentária - Anual 2018) e Lei Orçamentária Anual 2019.

No Baprev, as receitas de contribuições patronal e servidor em 2018 representaram respectivamente, 55,5% e 44,5%. A participação das receitas patrimoniais diminuiu em virtude da decisão judicial monocrática oriunda do Agravo de Instrumento nº 0024397-55.2016.8.05.0000.

Avaliação Atuarial dos Fundos Previdenciários

A avaliação atuarial é um estudo técnico periódico, baseado em levantamento de dados estatísticos da massa de segurados em que se busca mensurar os recursos necessários à garantia dos benefícios oferecidos pelo sistema de previdência, bem como o equilíbrio dos fundos. O exercício é fundamentado na adoção de premissas, hipóteses de ocorrências admissíveis e variáveis a ponderar, que sensibilizam os resultados e, tudo isso, projetado para um horizonte de 75 anos.

Nas previsões, dentre os principais elementos, leva-se em conta a legislação vigente, benefícios admissíveis, massa de segurados, expectativas de vida e, usualmente, as seguintes variáveis de ponderação: tábua de mortalidade, tábua de invalidez, taxa de *turn-over*, previsibilidade de crescimento real do salário, inexistência de solidariedade de gerações no financiamento dos benefícios, arbitramento de uma idade para início dos trabalhos, taxa real de retorno na aplicação do patrimônio financeiro e indexador do sistema atuarial. Ao final, o que se tem é uma previsão que expressa o montante, em valor presente, do que o sistema previdenciário deveria ter em caixa para saldar de uma só vez todo o estoque de benefícios existentes.

Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

FUNPREV
Posição em 31/12/2018

RREO - ANEXO XIII (LRF,art. 53, § 1º, inciso II)					em Reais (R\$)
Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a - b)	Saldo Financeiro do Exercício ⁽¹⁾ (d) = (d exercício anterior + (c))	Resultado Acumulado Capitalizado Fundo de Previdência ⁽²⁾
2019	10.458.215.620,34	10.463.350.828,22	-5.135.207,88	0,00	0,00
2020	10.737.276.762,99	10.737.276.762,99	0,00	0,00	0,00
2021	11.077.656.920,50	11.077.656.920,50	0,00	0,00	0,00
2022	11.327.988.305,25	11.327.988.305,25	0,00	0,00	0,00
2023	11.589.601.308,70	11.589.601.308,70	0,00	0,00	0,00
2024	11.873.311.723,28	11.873.311.723,28	0,00	0,00	0,00
2025	12.122.352.921,04	12.122.352.921,04	0,00	0,00	0,00
2026	12.290.914.098,72	12.290.914.098,72	0,00	0,00	0,00
2027	12.420.275.574,14	12.420.275.574,14	0,00	0,00	0,00
2028	12.568.092.412,57	12.568.092.412,57	0,00	0,00	0,00
2029	12.689.443.012,26	12.689.443.012,26	0,00	0,00	0,00
2030	12.769.132.710,55	12.769.132.710,55	0,00	0,00	0,00
2031	12.751.854.813,58	12.751.854.813,58	0,00	0,00	0,00
2032	12.679.206.313,18	12.679.206.313,18	0,00	0,00	0,00
2033	12.587.607.547,15	12.587.607.547,15	0,00	0,00	0,00
2034	12.507.017.387,39	12.507.017.387,39	0,00	0,00	0,00
2035	12.441.211.687,21	12.441.211.687,21	0,00	0,00	0,00
2036	12.350.007.262,13	12.350.007.262,13	0,00	0,00	0,00
2037	12.244.371.885,87	12.244.371.885,87	0,00	0,00	0,00

2038	12.133.610.407,76	12.133.610.407,76	0,00	0,00	0,00
2039	12.014.266.234,14	12.014.266.234,14	0,00	0,00	0,00
2040	11.886.696.941,84	11.886.696.941,84	0,00	0,00	0,00
2041	11.757.914.246,69	11.757.914.246,69	0,00	0,00	0,00
2042	11.628.292.352,38	11.628.292.352,38	0,00	0,00	0,00
2043	11.471.581.543,95	11.471.581.543,95	0,00	0,00	0,00
2044	11.307.010.463,55	11.307.010.463,55	0,00	0,00	0,00
2045	11.125.939.744,64	11.125.939.744,64	0,00	0,00	0,00
2046	10.938.377.416,69	10.938.377.416,69	0,00	0,00	0,00
2047	10.745.815.275,80	10.745.815.275,80	0,00	0,00	0,00
2048	10.546.316.488,41	10.546.316.488,41	0,00	0,00	0,00
2049	10.347.468.349,46	10.347.468.349,46	0,00	0,00	0,00
2050	10.147.744.652,08	10.147.744.652,08	0,00	0,00	0,00
2051	9.951.188.984,82	9.951.188.984,82	0,00	0,00	0,00
2052	9.758.052.495,89	9.758.052.495,89	0,00	0,00	0,00
2053	9.569.950.413,56	9.569.950.413,56	0,00	0,00	0,00
2054	9.388.473.770,34	9.388.473.770,34	0,00	0,00	0,00
2055	9.047.255.498,95	9.047.255.498,95	0,00	0,00	0,00
2056	8.721.677.294,86	8.721.677.294,86	0,00	0,00	0,00
2057	8.410.929.936,36	8.410.929.936,36	0,00	0,00	0,00
2058	8.114.403.959,96	8.114.403.959,96	0,00	0,00	0,00
2059	7.831.521.052,91	7.831.521.052,91	0,00	0,00	0,00
2060	7.561.563.064,47	7.561.563.064,47	0,00	0,00	0,00
2061	7.304.120.264,87	7.304.120.264,87	0,00	0,00	0,00
2062	7.058.584.355,49	7.058.584.355,49	0,00	0,00	0,00
2063	6.824.428.258,50	6.824.428.258,50	0,00	0,00	0,00
2064	6.601.204.987,06	6.601.204.987,06	0,00	0,00	0,00
2065	6.371.654.555,40	6.371.654.555,40	0,00	0,00	0,00
2066	6.152.434.564,86	6.152.434.564,86	0,00	0,00	0,00
2067	5.943.269.073,33	5.943.269.073,33	0,00	0,00	0,00
2068	5.743.621.166,30	5.743.621.166,30	0,00	0,00	0,00
2069	5.553.254.002,25	5.553.254.002,25	0,00	0,00	0,00
2070	5.352.302.597,57	5.352.302.597,57	0,00	0,00	0,00
2071	5.161.714.701,66	5.161.714.701,66	0,00	0,00	0,00
2072	4.980.949.791,68	4.980.949.791,68	0,00	0,00	0,00
2073	4.809.603.946,39	4.809.603.946,39	0,00	0,00	0,00
2074	4.647.183.857,48	4.647.183.857,48	0,00	0,00	0,00
2075	4.493.274.263,22	4.493.274.263,22	0,00	0,00	0,00
2076	4.347.424.466,86	4.347.424.466,86	0,00	0,00	0,00
2077	4.175.639.582,81	4.175.639.582,81	0,00	0,00	0,00
2078	3.996.334.533,71	3.996.334.533,71	0,00	0,00	0,00
2079	3.810.823.727,82	3.810.823.727,82	0,00	0,00	0,00
2080	3.617.261.624,70	3.617.261.624,70	0,00	0,00	0,00
2081	3.381.489.695,51	3.381.489.695,51	0,00	0,00	0,00
2082	3.150.013.250,86	3.150.013.250,86	0,00	0,00	0,00
2083	2.924.421.766,95	2.924.421.766,95	0,00	0,00	0,00
2084	2.706.271.552,79	2.706.271.552,79	0,00	0,00	0,00
2085	2.496.999.417,54	2.496.999.417,54	0,00	0,00	0,00
2086	2.297.852.455,14	2.297.852.455,14	0,00	0,00	0,00
2087	2.109.836.509,72	2.109.836.509,72	0,00	0,00	0,00
2088	1.933.684.363,77	1.933.684.363,77	0,00	0,00	0,00
2089	1.769.843.221,74	1.769.843.221,74	0,00	0,00	0,00
2090	1.618.479.771,77	1.618.479.771,77	0,00	0,00	0,00
2091	1.479.500.096,66	1.479.500.096,66	0,00	0,00	0,00

2092	1.352.581.031,66	1.352.581.031,66	0,00	0,00	0,00
2093	1.237.209.252,21	1.237.209.252,21	0,00	0,00	0,00

Fonte: SUPREV / FUNPREV

- 1. Resultado Aritmético
- 2. Resultado com a capitalização do saldo financeiro

BAPREV
Posição em 31/12/2018

RREO - ANEXO XIII (LRF,art. 53, § 1º, inciso II)					em Reais (R\$)
Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a - b)	Saldo Financeiro do Exercício ⁽¹⁾ (d) = (d exercício anterior + (c))	Resultado Acumulado Capitalizado Fundo de Previdência ⁽²⁾
2019	535.939.789,88	13.700.571,91	522.239.217,97	523.227.085,65	533.711.384,71
2020	555.922.352,16	18.548.714,71	537.373.637,45	1.060.600.723,10	1.103.180.950,30
2021	576.250.971,71	23.465.439,02	552.785.532,69	1.613.386.255,79	1.711.149.431,66
2022	596.930.571,41	28.267.521,55	568.663.049,86	2.182.049.305,65	2.359.631.719,79
2023	617.966.138,01	33.409.580,96	584.556.557,05	2.766.605.862,71	3.050.264.676,77
2024	639.362.722,89	38.811.502,29	600.551.220,59	3.367.157.083,30	3.784.837.508,85
2025	661.125.442,85	44.787.807,06	616.337.635,79	3.983.494.719,09	4.564.895.397,71
2026	683.259.480,93	50.389.910,68	632.869.570,26	4.616.364.289,35	5.393.018.175,28
2027	705.770.087,24	56.205.407,17	649.564.680,07	5.265.928.969,42	6.271.294.875,96
2028	728.662.579,72	63.100.979,26	665.561.600,46	5.931.490.569,88	7.201.019.503,47
2029	751.942.345,04	122.511.456,29	629.430.888,75	6.560.921.458,62	8.131.079.790,13
2030	775.614.839,41	161.441.581,57	614.173.257,84	7.175.094.716,46	9.082.779.704,73
2031	799.685.589,43	240.124.880,98	559.560.708,46	7.734.655.424,92	10.016.842.815,55
2032	822.347.640,73	367.061.280,72	455.286.360,01	8.189.941.784,93	10.881.908.615,38
2033	830.571.117,14	522.202.968,99	308.368.148,15	8.498.309.933,09	11.631.720.471,11
2034	838.876.828,31	634.405.674,69	204.471.153,62	8.702.781.086,70	12.305.549.866,65
2035	847.265.596,59	725.614.513,62	121.651.082,97	8.824.432.169,68	12.921.855.965,95
2036	855.738.252,56	806.871.176,03	48.867.076,53	8.873.299.246,21	13.488.574.622,65
2037	864.295.635,09	901.108.933,66	-36.813.298,58	8.836.485.947,63	13.990.568.043,00
2038	872.938.591,44	996.214.978,05	-123.276.386,62	8.713.209.561,02	14.424.448.850,38
2039	881.667.977,35	1.074.980.629,49	-193.312.652,13	8.519.896.908,88	14.804.247.899,22
2040	890.484.657,12	1.136.748.632,73	-246.263.975,60	8.273.632.933,28	15.145.228.560,07
2041	899.389.503,70	1.189.304.780,10	-289.915.276,41	7.983.717.656,87	15.455.324.120,54
2042	908.383.398,73	1.236.899.543,06	-328.516.144,33	7.655.201.512,54	15.738.450.618,14
2043	917.467.232,72	1.288.867.272,61	-371.400.039,89	7.283.801.472,65	15.989.160.602,17
2044	926.641.905,05	1.328.220.309,24	-401.578.404,20	6.882.223.068,45	16.219.117.053,98
2045	935.908.324,10	1.353.494.499,92	-417.586.175,82	6.464.636.892,63	16.441.943.836,80
2046	945.267.407,34	1.375.925.581,04	-430.658.173,70	6.033.978.718,92	16.660.350.253,09
2047	954.720.081,41	1.392.781.151,59	-438.061.070,18	5.595.917.648,74	16.879.941.971,63
2048	964.267.282,23	1.404.742.573,16	-440.475.290,94	5.155.442.357,81	17.105.854.853,75
2049	973.909.955,05	1.408.628.002,40	-434.718.047,35	4.720.724.310,45	17.346.676.639,59
2050	983.649.054,60	1.411.524.310,59	-427.875.255,99	4.292.849.054,46	17.604.110.944,07
2051	993.485.545,14	1.409.980.394,20	-416.494.849,06	3.876.354.205,41	17.883.450.635,79
2052	1.003.420.400,60	1.407.030.745,53	-403.610.344,94	3.472.743.860,47	18.187.106.109,39
2053	1.013.454.604,60	1.401.354.349,53	-387.899.744,92	3.084.844.115,54	18.518.932.613,94
2054	738.703.669,59	1.394.003.956,89	-655.300.287,31	2.429.543.828,24	18.591.283.625,44
2055	746.090.706,28	1.410.741.423,27	-664.650.716,98	1.764.893.111,25	18.656.991.239,14
2056	753.551.613,34	1.427.593.455,63	-674.041.842,29	1.090.851.268,96	18.715.748.209,57
2057	761.087.129,48	1.444.560.944,39	-683.473.814,91	407.377.454,05	18.767.234.846,74

2058	768.698.000,77	1.461.645.318,69	-692.947.317,92	-285.569.863,87	18.811.117.976,33
2059	776.384.980,78	1.478.848.020,04	-702.463.039,26	-988.032.903,12	18.847.050.395,35
2060	784.148.830,59	1.496.169.975,78	-712.021.145,19	-1.700.054.048,31	18.874.670.843,07
2061	791.990.318,89	1.513.613.003,47	-721.622.684,57	-2.421.676.732,88	18.893.602.538,53
2062	799.910.222,08	1.531.178.231,26	-731.268.009,18	-3.152.944.742,06	18.903.453.270,71
2063	807.909.324,30	1.548.866.975,66	-740.957.651,35	-3.893.902.393,42	18.903.814.597,15
2064	815.988.417,55	1.566.680.741,64	-750.692.324,09	-4.644.594.717,51	18.894.261.010,46
2065	824.148.301,72	1.584.621.047,27	-760.472.745,55	-5.405.067.463,06	18.874.349.250,42
2066	832.389.784,74	1.602.689.072,77	-770.299.288,03	-6.175.366.751,09	18.843.617.946,65
2067	840.713.682,59	1.620.886.713,82	-780.173.031,23	-6.955.539.782,32	18.801.586.172,66
2068	849.120.819,41	1.639.215.001,94	-790.094.182,53	-7.745.633.964,85	18.747.753.553,38
2069	857.612.027,61	1.657.675.859,92	-800.063.832,31	-8.545.697.797,16	18.681.598.586,56
2070	866.188.147,88	1.676.270.346,64	-810.082.198,75	-9.355.779.995,91	18.602.578.687,30
2071	874.850.029,36	1.695.000.236,99	-820.150.207,63	-10.175.930.203,54	18.510.128.623,01
2072	883.598.529,66	1.713.866.793,32	-830.268.263,66	-11.006.198.467,20	18.403.660.139,00
2073	892.434.514,95	1.732.871.643,19	-840.437.128,24	-11.846.635.595,44	18.282.560.673,76
2074	901.358.860,10	1.752.016.077,43	-850.657.217,32	-12.697.292.812,76	18.146.192.739,04
2075	910.372.448,70	1.771.301.576,84	-860.929.128,14	-13.558.221.940,90	17.993.892.737,90
2076	919.476.173,19	1.790.729.461,31	-871.253.288,12	-14.429.475.229,01	17.824.970.093,53
2077	928.670.934,92	1.810.301.240,99	-881.630.306,07	-15.311.105.535,08	17.638.705.985,08
2078	937.957.644,27	1.830.018.265,41	-892.060.621,14	-16.203.166.156,23	17.434.352.390,92
2079	947.337.220,71	1.849.881.899,15	-902.544.678,44	-17.105.710.834,66	17.211.130.914,55
2080	956.810.592,92	1.869.882.639,36	-913.072.046,44	-18.018.782.881,10	16.968.242.663,77
2081	966.378.698,85	1.890.046.981,35	-923.668.282,50	-18.942.451.163,60	16.704.830.722,17
2082	976.042.485,84	1.910.361.240,53	-934.318.754,69	-19.876.769.918,29	16.420.018.821,28
2083	985.802.910,70	1.930.827.018,68	-945.024.107,98	-20.821.794.026,27	16.112.894.983,98
2084	995.660.939,80	1.951.445.933,43	-955.784.993,62	-21.777.579.019,89	15.782.510.089,85
2085	1.005.617.549,20	1.972.219.618,36	-966.602.069,15	-22.744.181.089,05	15.427.876.382,90
2086	1.015.673.724,69	1.993.149.723,19	-977.475.998,49	-23.721.657.087,54	15.047.965.919,76
2087	1.025.830.461,94	2.014.237.913,93	-988.407.451,99	-24.710.064.539,53	14.641.708.955,52
2088	1.036.088.766,56	2.035.485.873,07	-999.397.106,51	-25.709.461.646,04	14.207.992.265,10
2089	1.046.449.654,23	2.056.895.299,69	-1.010.445.645,47	-26.719.907.291,51	13.745.657.397,33
2090	1.056.914.150,77	2.078.467.909,69	-1.021.553.758,92	-27.741.461.050,43	13.253.498.859,12
2091	1.067.483.292,28	2.100.205.435,90	-1.032.722.143,62	-28.774.183.194,05	12.730.262.226,99
2092	1.078.158.125,20	2.122.109.628,30	-1.043.951.503,10	-29.818.134.697,15	12.174.642.182,91
2093	1.088.939.706,45	2.144.182.254,16	-1.055.242.547,71	-30.873.377.244,85	11.585.280.471,57

Fonte: SUPREV / BAPREV

- 1. Resultado Aritmético
- 2. Resultado com a capitalização do saldo financeiro

Provisão Matemática de Benefícios

A provisão matemática é o valor determinado através de cálculo probabilístico e financeiro, que integralizado e adicionado das contribuições vincendas, tudo devidamente capitalizado, deve formar os recursos monetários necessários para o pagamento dos benefícios assegurados pelo regulamento do plano. O cálculo probabilístico e financeiro é estruturado com a utilização de premissas e hipóteses de realização futura e cujas ocorrências ao longo do tempo estão sujeitas a influência dos diversos agentes financeiros, econômicos e a toda sorte de imprevistos.

Provisão Matemática de Benefícios
Posição em 31/12/2018

FUNPREV

R\$ 1,00			
Benefício	Nº de beneficiários	Valor mensal do salário	Provisão matemática
Benefícios já concedidos (aposentados e pensionistas)	131.353	613.387.955,27	162.228.156.702,69
Benefícios a conceder (servidores ativos)	94.569	665.104.502,81	103.064.084.901,62
Total do Passivo Atuarial	225.922	1.278.492.458,08	265.292.241.604,31

Fonte: SAEB
Nota: Relatório de Avaliação Atuarial 2018, elaborado pelo Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda.

BAPREV

R\$ 1,00			
Benefício	Nº de beneficiários	Valor mensal do salário	Provisão matemática
Benefícios já concedidos (aposentados e pensionistas)	173	655.341,75	124.068.691,54
Benefícios a conceder (servidores ativos)	18.207	111.372.158,28	2.270.959.325,33
Total do Passivo Atuarial	18.380	112.027.500,03	2.395.028.016,87

Fonte: SAEB
Nota: Relatório de Avaliação Atuarial 2018, elaborado pelo Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda.

O Fundo de Previdência é representado pelo valor patrimonial acumulado para fazer frente aos pagamentos dos benefícios já concedidos e a conceder. O FUNPREV e o BAPREV apresentavam, em 31/12/2018, respectivamente, a situação descrita nos quadros seguintes.

FUNPREV

R\$ 1,00	
Item	Valor
Ativo Real Ajustado	5.135.207,88
(+) Cobertura de Insuficiência Financeira	265.287.106.396,43
(-) Provisão Matemática	265.292.241.604,31
Equilíbrio Atuarial	0,00

Fonte: SAEB
Nota: Relatório de Avaliação Atuarial 2018, elaborado pelo ETAA - Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda.

BAPREV

R\$ 1,00

Item	Valor
Ativo Real Ajustado	987.867,68
(+) Outros Créditos	0,00
(-) Provisão Matemática	2.395.028.016,87
Déficit Técnico	-2.394.040.149,19

Fonte: SAEB
Nota: Relatório de Avaliação Atuarial 2018, elaborado pelo ETAA - Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S

ANEXO II - F1
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020
ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
(Art. 4º, § 2º, inciso V da LC nº 101/00)

R\$1.000,00

Tributo	Modalidade	Programa	2020	2021	2022	Compensação
ICMS	Crédito presumido	Informática	48.430	49.641	50.882	
ICMS	Redução da base de cálculo	Setor de óticas (art.268, inc. XLVI do RICMS-BA)	12.723	13.041	13.368	
ICMS	Redução da base de cálculo	Querosene de aviação (art. 268, inc. XVIII do RICMS-BA)	20.634	21.150	21.679	
ICMS	Crédito presumido	Polpa e sucos de frutas (art. 269, inc. XIII do RICMS-BA)	8.206	8.411	8.621	
ICMS	Crédito presumido	FazBahia	15.632	16.023	16.423	
ICMS	Crédito presumido	Programa de Desenvolvimento do Algodão - Proalba	61.796	63.341	64.924	
ICMS	Financeiro + crédito presumido	Programa Automotivo da Bahia - Proauto	412.206	422.511	433.074	
ICMS	Crédito presumido	Crédito Presumido (Lei nº 7.025/97)	517.786	530.731	543.999	
ICMS	Dilatação de pagamento + financeiro	Programa de Desenvolvimento Industrial e Integração Econômica do Estado da Bahia - Desenvolve	2.692.265	2.759.572	2.828.561	
Total			3.789.679	3.884.421	3.981.531	Ver notas 6 e 7

Fonte: Sefaz / SAT / DPF

Notas:

1. Considerou-se como parâmetro principal a renúncia efetiva apurada no ano de 2018 acrescida da projeção da inflação para o período, de 4,25%;
2. Para os programas Desenvolve e o Crédito Presumido da Lei nº 7.025/97 considerou-se a média de renúncia por empresa no ano de 2018, mais um incremento relacionado ao aumento do número de empresas beneficiárias destes programas, que são as principais ferramentas de atração e ampliação de empresas industriais do Estado, tendo sido excluídas diversas empresas que encerraram suas atividades ou cujo prazo de fruição expirou;
3. Para o Proauto, tomou-se por base a renúncia da principal empresa beneficiária do programa em 2018, projetando-se um crescimento de 3,0% para 2019, já que o setor está em processo de recuperação. Para os anos seguintes o crescimento acompanha o desempenho esperado para os demais setores;
4. Para os anos seguintes a 2019, considerou-se um incremento anual cumulativo de 2,5%.

5. As contribuições do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza - FUNCEP, previstas na Lei nº 13.564/16, realizadas pelos beneficiários dos programas Desenvolve e Crédito Presumido da Lei nº 7.025/97, foram consideradas como redução da renúncia, já que os valores ingressaram no Tesouro Estadual;
6. Com relação às medidas de compensação à renúncia de receita, vale ressaltar que, na estimativa das receitas orçamentárias para o exercício de 2020, estas renúncias já foram expurgadas para o cálculo dos tributos correspondentes e, desse modo, não se observará impacto na receita.
7. Quanto à compensação para as despesas obrigatórias de caráter continuado, esta se dará pela ampliação da base de cálculo refletida pelo crescimento real da atividade econômica, cujo cálculo está explicitado no Anexo II - F2 das Metas Anuais desta Proposta.

ANEXO II - F2
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020
ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS
OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
(Art. 4º, § 2º, inciso V da LC nº 101/00)

		R\$ 1.000,00
Evento		Valor Previsto 2020
Aumento Permanente da Receita		1.330.796
<i>(-) Aumento referente a transferências constitucionais</i>		334.647
<i>(-) Aumento referente a transferências do Fundeb</i>		192.911
<i>(-) Recursos vinculados ao Funcep</i>		31.596
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)		771.642
Redução Permanente de Despesa (II)		0
Margem Bruta	(III) = (I + II)	771.642
Saldo Utilizado da Margem Bruta	(IV)	725.327
Novas DOCC		725.327
<i>Impacto de novas despesas obrigatórias de caráter continuado</i>		186.988
<i>Impacto do aumento do salário mínimo</i>		538.339
Novas DOCC geradas por PPP		0
Margem Líquida de Expansão de DOCC	(V) = (III) - (IV)	46.315

Fonte: Seplan / SaeB

Como exigência introduzida pela Lei de Responsabilidade Fiscal, essa estimativa busca assegurar que nenhuma despesa classificada como obrigatória de caráter continuado seja criada sem a devida fonte de financiamento responsável por sua integral cobertura. Conforme o art. 17 da referida Lei, considera-se despesa obrigatória de caráter continuado aquela de natureza corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixe para o Estado a obrigação de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Para o exercício de 2020, a referida cobertura ocorrerá pelo aumento permanente de receita, considerando o crescimento real da atividade econômica refletido diretamente na arrecadação de impostos.

Para esta apuração foram considerados como taxa de crescimento esperada para o PIB/BA, 2,5%, e como expectativa de inflação, 4,0%. A margem para cobertura obtida, excluídas as transferências obrigatórias, foi de R\$771,6 milhões.

Considerando R\$538,3 milhões como o impacto relativo ao aumento do salário mínimo e R\$186,9 milhões relativo a novas despesas de pessoal, obtém-se um saldo líquido de R\$46,3 milhões, conforme demonstrado no quadro acima.